

LINEHAN, Peter

At the edge of Reformation: Iberia before the Black Death

Oxford: Oxford University Press, 2019. 272 p. ISBN: 9780198834199

FRANCESCO RENZI

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2020.10129>

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-9470-3457>

O livro de Peter Linehan foca-se na análise das relações entre reis, aristocracias, Igreja e Papado (que o autor chama o «eternal quadrilateral», pp. 118 e 162) na Península Ibérica (com particular atenção para Portugal, Galiza, Leão e Castela) durante a primeira metade do século XIV, antes da Peste Negra. Em primeiro lugar o autor investiga a situação de crise e de guerra civil no contexto ibérico entre o século XIII e o início do século XIV (p. 1-4) e o grave estado de decadência em que se encontrava a Igreja peninsular naquele momento (veja-se por exemplo as páginas 5-44, 144 e 166-167). O autor evidencia pelo menos três problemas principais.

Em primeiro lugar, a falta de coordenação entre os bispados ibéricos, em particular entre Portugal e Leão, o que tornava áreas como a Galiza particularmente difíceis de administrar e onde o Papado, ainda no século XIV, não tinha grande capacidade de impor a sua autoridade (p. 6-7 e 155).

O segundo problema mais evidente do clero, e especificamente no caso português, era a questão do concubinato. Peter Linehan mostra ao longo do seu livro como muitos altos prelados do reino de Portugal eram de facto casados e com filhos, apesar do celibato eclesiástico ter sido introduzido já nas décadas finais do século XI (p. 27-29 e 32-34). Estas práticas eram condenadas pela Igreja, tanto em Roma como durante o período de transferência do Papado para Avinhão, e também por eclesiásticos ibéricos com Álvaro Pais, que considerava o concubinato um dos problemas ligados à negligência do ofício pastoral pelos bispos locais (p. 28-29), além da fraca preparação cultural e da ausência de conhecimento do latim que constituíam um sério problema para os eclesiásticos “estrangeiros” que ocupavam as cátedras episcopais do noroeste peninsular, como no caso do arcebispo de Santiago de Compostela Bérenger de Landorre (p. 34-35).

O terceiro grande problema era a apropriação de bens da Igreja pelos próprios prelados, com a cumplicidade de monges e cónegos regulares (p. 15-16). Para além disso, em muitos casos os eclesiásticos não enviavam à Cúria papal em Avinhão os cânones que tinham cobrado localmente (p. 158) ou privatizavam os patrimónios eclesiásticos (apesar dos bens da Igreja pertencerem aos pobres, como foi reafirmado no século XIV, p. 144) em favor de outros clérigos, leigos, nobres, familiares ou filhos, um comportamento que na opinião do autor tinha continuado a existir apesar da ação do Papa Gregório VII (1073-1085) e as condenações deste comportamento expressas por Papa Gregório IX (1227-1241) nos séculos precedentes (p. 35 e 166).

De facto, os eclesiásticos eram sempre mais semelhantes aos leigos ou aos seculares (p. 16). Peter Linehan evidencia estes hábitos através do caso, por exemplo, dos familiares

do arqui-diácono de Toledo Guillermo de Rivoforcato, que depois da morte do eclesiástico tentaram guardar uma parte do seu património para eles (p. 143-144). O autor do livro analisa como face a esta degradação do clero ibérico, tanto em Portugal como em Castela, já desde o século XIII houve conflitos entre os reis e as instituições eclesiásticas locais. Os eclesiásticos denunciaram, como no caso das trinta e quatro alegações apresentadas pelos bispos de Portugal contra Afonso III de Portugal, pai do rei D. Dinis, perante o Papa Clemente IV (1265-1268) (p. 52), os ataques dos aristocratas aos patrimónios eclesiásticos e monásticos (p. 43-49) e a prática régia de promoção de funcionários muçulmanos e judeus («the said king et sui» uma expressão que recorda muito os “saraceni del re” da Sicília normanda no século XII¹) (p. 52-53).

No século XIV, na opinião de Peter Linehan, assiste-se a uma tentativa dos reis ibéricos, aproveitando também o prestígio adquirido através de alguns importantes sucessos militares como o de Salado em 1340 ou a conquista de Algeciras em 1344 por Afonso XI de Castela (1312-1350) (p. 122-136), de impor a própria autoridade e legislação sobre o clero, ações representadas por exemplo pelas disposições das *Cortes* de Valladolid em 1325 (p. 154, nota n. 42); pelo episódio da auto-coroação do rei de Castela em 1332 em Las Huelgas (p. 69-75); pela decisão de Afonso XI de revogar alguns privilégios a Santiago, enviar em exílio o seu arcebispo e entregar a diocese a administradores seculares em 1345 (p. 155) e pelo conflito do rei Afonso IV de Portugal com o bispo do Porto e, sobretudo, com o arcebispo de Braga, para o controlo das duas cidades (pp. 90-99).

Peter Linehan conduz uma culta, atenta e detalhadíssima análise do conflito entre Afonso IV e a Igreja de Braga levada perante o juízo da Cúria papal de Avinhão em 1342² (o Papado em vários casos agiu como mediador dos conflitos entre os reis e o clero ibérico, p. 96). Por um lado, o rei queria revogar a doação do couto de Braga – outorgado pela Rainha Urraca de Leão e Castela (1109-1126) em 1120 e ampliado por Afonso Henriques em 1128³ – reivindicando a imprescritibilidade dos seus direitos (caso contrário não teria sido um «rei inteiro» na plenitude dos seus poderes, p. 102-112-159-160). Por outro a Igreja de Braga defendia a validade das doações, com o argumento que estas eram válidas e legítimas; tratavam-se de doações feitas para salvação da alma e não eram simples concessões unilaterais dos reis (p. 112-122).

Mesmo se a Cúria papal em 1342 deu razão ao arcebispo de Braga, o rei de Portugal não desistiu e dez anos depois respondeu à sentença de 1342, mostrando como os seus homens (Peter Linehan dedica algumas interessantes páginas à figura de Miguel Vives chanceler de Afonso IV de Portugal e à formação dos funcionários régios e a relação com os *studia* de Lisboa, Coimbra e Salamanca, p. 53-56) eram suficientemente preparados em direito canónico para estar à altura dos juristas papais (p. 152-153).

1 CANTARELLA, Glauco Maria – *La Sicilia e i normanni. Le fonti del mito*. Bologna: Patron, 1988, p. 34.

2 Partilho o juízo de S. Pequignot que definiu esta análise do conflito entre o rei Afonso IV e Braga um «morceau de bravoure». Cf. Péquignot, Stéphane – Peter Linehan, *At the Edge of Reformation. Iberia before the Black Death. Mélanges de la Casa de Velázquez*. 50: 1 (2020) <http://journals.openedition.org/mcv/13009>, consultado on-line em 31/03/2020.

3 AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *A Condessa-Rainha Teresa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 146-148, 215 e 229-230.

Apesar destes profundos conflitos, na opinião de Peter Linehan, como sugerido nas conclusões em que autor se interroga sobre as consequências da Peste Negra nas relações entre o poder régio e eclesiástico (p. 161), existia um equilíbrio entre os elementos do «eterno quadrilátero». Por um lado, tolerava-se a conduta inapropriada do clero no reino de Castela e em Portugal (p. 165) (sobre os reis portugueses teriam pesado ainda no século XIV as consequências do reconhecimento papal através da bula *Manifestis probatum* de 1179, p. 85 e 167). Por outro, o Papado permitia mudanças dinásticas, como no caso da petição dos nobres dirigida ao Papa Urbano VI para elevar João de Avis ao trono (p. 165), ou não sancionava directamente problemas matrimoniais, como no caso de Alfonso XI, o seu matrimónio em consanguinidade com María de Portugal e a sua relação com Leonor de Guzmán (p. 78-82). Foi este equilíbrio que fez com que Alfonso XI não tomasse uma decisão semelhante à de Henrique VIII de Inglaterra (1509-1547) com Roma em relação às suas questões matrimoniais quase dois séculos mais tarde (p. 165-167).

O livro de Peter Linehan é sem dúvida uma contribuição importante e um volume que poderá constituir um válido instrumento para os investigadores do tema das relações entre o poder régio e a Igreja na Península Ibérica nos finais da Idade Média. Como observado por Stéphane Péquignot, trata-se de um livro de acesso não imediato para leitores não especialistas⁴. Concordo com esta opinião e pessoalmente acho que alguns aspetos analisados no livro, como por exemplo a questão do estado do clero ibérico no início do século XIV (p. 9-44), teriam necessitado, talvez, de uma maior contextualização dos fenómenos sociais, demográficos, religiosos e culturais locais, que poderia ajudar o leitor não especialista a perceber se os exemplos utilizados pelo autor representam a totalidade da situação do clero ibérico (é sempre muito interessante ver se existiam diferenças sensíveis entre o “alto” e o “baixo” clero⁵, como noutros casos europeus medievais) e se estas eram características específicas da sociedade baixo medieval portuguesa, galega ou castelhana ou se isto acontecia com diferentes impactos e com vários graus de intensidade também noutras áreas europeias, dado que se tratava seguramente de fenómenos difundidos a uma escala internacional⁶. Isto porque, como muito pontualmente relevado pelo autor (p. 35 e 166), tratam-se de problemas que remontavam, em alguns casos, até ao século XI – ou antes, basta pensar nas relações dos imperadores otónidas e o Papado do século X⁷ – e interessou várias regiões do continente.

4 Estou de acordo novamente com PEQUIGNOT, Stéphane – Peter Linehan, *At the Edge of Reformation. Iberia before the Black Death. Mélanges de la Casa de Velázquez*. 50:1 (2020) <http://journals.openedition.org/mcv/13009>. [Consultado em 31/03/2020].

5 Como evidenciado por José Mattoso «não se poderá tomar o clero como um grupo homogéneo», cf. MATTOSO, José – *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 24.

6 Veja-se por exemplo sobre a questão do matrimónio e do concubinato em Roma na Alta e Plena Idade Média o estudo de FALCONIERI, Tommaso di Carpegna – Il matrimonio e il concubinato presso il clero romano (Secoli VIII-XII). *Studi Storici*. 41:4 (2000) 943-971. Helen L. Parish evidenciou, por exemplo, como a questão do celibato e do concubinato nos séculos XIV e XV tinha uma dimensão europeia e foi objeto de discussão em vários concílios. PARISH, Helen L. – *Clerical Celibacy in the West, C.1100-1700*. Burlington: Ashgate, 2010, p. 135 e ss.

7 GANDINO, Germana – Ruolo dei linguaggio e linguaggio dei ruoli. Ottone III, Silvestro II e un episodio delle relazioni tra Impero e Papato. *Quaderni storici*. Nuova Serie. 102: 3 (1999) 617-658.

Em conclusão, gostaria de evidenciar como o livro se destaca, em particular, pela grande mestria metodológica do autor em gerir um alto número de dados e informações; pela profunda investigação nas fontes publicadas e inéditas (o autor publica uma parte desta documentação nos cinco Apêndices do livro, p. 169-212) e a ampla bibliografia final (p. 213-229), a que me permito de acrescentar algumas fundamentais contribuições de José Marques como por exemplo: *A arquidiocese de Braga no séc. XV*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988; *O poder real e a igreja em Portugal na Baixa Idade Média*, «Bracara Augusta», XLIV (96), 1993, pp. 7-52 e *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.